

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

FERNANDA BERES ALVES DOS SANTOS

CONSIDERAÇÕES SOBRE A IDENTIDADE BISSEXUAL
As (não) contribuições da Psicologia

SÃO PAULO
2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

FERNANDA BERES ALVES DOS SANTOS

CONSIDERAÇÕES SOBRE A IDENTIDADE BISSEXUAL
As (não) contribuições da Psicologia

Trabalho de conclusão de curso como
exigência parcial para a graduação no
curso de Psicologia, sob a orientação do
Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Junior

SÃO PAULO
2021

AGRADECIMENTOS

Fazer um trabalho de conclusão de curso durante uma pandemia mundial foi uma experiência como nenhuma outra, muito longe de ser tranquila ou fácil.

Gostaria de começar agradecendo o meu orientador, Plínio, por ter aguentado minhas ansiedades, por ter agregado com seu olhar (e sua destreza para sinônimos) e por usar nossa meia hora de sexta também para bater um papo – acabou virando a melhor aula do semestre. Obrigada à professora Dinamar, que me acompanhou em Projeto de Pesquisa e me ensinou que o trabalho de conclusão de curso não é para ser penoso, e sim nosso “dêngo”.

Um super agradecimento também para as meninas mais especiais da minha vida: os tesouros que a PUC me trouxe: Catharina, Julia, Sofia e Maria Eduarda. Obrigada por passarem por isso junto comigo e me assegurarem que eu era capaz. E meus amores que estão comigo desde a época da escola: Camila, Giuliana, Julia e Vitória. Obrigada por me escutarem e estarem lá por mim desde sempre, mesmo quando não faziam ideia do que eu estava falando.

Algo que ficou muito claro por causa do momento que o Brasil está passando é a necessidade do coletivo. Precisamos uns dos outros, mesmo quando estamos isolados em nossas casas. Por este motivo, gostaria de agradecer também à PUC-SP, e principalmente aos professores de quem tive o prazer de ser aluna ou monitora, e aos colegas e amigos que fiz durante esses cinco anos. Este trabalho me mostrou o quanto eu aprendi, e fazê-lo de casa me mostrou o quanto o ambiente da PUC, os aprendizados em cada semestre e cada integração na prainha foram importantes.

Por fim, um muito obrigada para os meus pais, Alexandre e Cristina, e minha família, por sempre estarem lá por mim. Amo vocês.

RESUMO

O presente trabalho é de cunho exploratório e teve por objetivo conhecer e discutir a produção de conhecimento sobre as práticas bissexuais e a identidade bissexual, além de refletir como eles estão sendo considerados no âmbito da psicologia brasileira. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfico-analítica, tendo sido utilizados no trabalho de revisão artigos nacionais disponíveis nos bancos de dados virtuais Pepsic e Scielo entre 2000 e 2020, bem como dissertações e trabalhos acadêmicos, a partir do cruzamento das seguintes palavras-chave: bissexualidade, sexualidade, desenvolvimento, identidade, LGBT. A análise do material levantado resultou em diferentes temas relacionados ao apagamento da bissexualidade causado pelo predomínio das discussões baseadas nas orientações monossexuais, além de diversos estereótipos atrelados a este grupo, como a promiscuidade, infidelidade, inconstância e transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Entre as consequências da bifobia, a análise aponta os efeitos negativos dela para a saúde mental dos bissexuais. Por fim, elencou-se instituições potenciais para trazer reconhecimento e proliferar conhecimentos que auxiliariam na diminuição do preconceito, incluindo os profissionais da psicologia e os cursos de graduação em psicologia que ainda não têm incluído este tema em seus currículos a partir de uma produção de conhecimento mais recente que favorece uma compreensão despida de concepções e preconceitos, e mais coincidente com as vivências atuais das pessoas bissexuais. Conclui-se, portanto, que é dever da psicologia contemporânea estudar a história dos bissexuais na sua potência de quebra de normatizações e binarismos, bem como de fomentar pesquisas acadêmicas que abarquem a diversidade de temas relacionados à bissexualidade.

palavras-chave: bissexualidade; bifobia; sexualidade; identidade; psicologia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
MÉTODO	11
CAPÍTULO 1	13
CAPÍTULO 2	5
CAPÍTULO 3	10
CAPÍTULO 4	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

INTRODUÇÃO

O século XX ficou marcado dentro da psicologia como tempo de avanços teóricos em relação à compreensão de fenômenos do desenvolvimento do sujeito (SENNA; DESSEN, 2012). Segundo Pereira (2005), o termo “desenvolvimento” abrange fenômenos da ordem do crescimento, maturação e aprendizagem. É um processo descontínuo que deve ser compreendido sob uma perspectiva múltipla, incluindo diversos fatores que interatuam nesse processo. São eles: os fatores culturais, étnicos, sociais, psicológicos, cognitivos, ambientais, orgânicos, hereditários, etc. Suas propriedades incluem a evolução através da diferenciação e integração, em um processo constante de reorganização e reagrupamento que se estende por toda a vida (BARROS; COUTINHO, 2020).

O resultado das interações de ordem social e afetiva que ocorrem dentro de contextos históricos, culturais e econômicos promovem a construção das identidades dos sujeitos (LEVISKY, 2016). Esta se forma, então, através de influências interpessoais, intrapessoais (capacidades inatas e adquiridas) e culturais (AZNAR-FARIAS et al., 2003). Erik Erikson, autor da teoria do desenvolvimento psicossocial do ego, resume:

A integração que agora tem lugar sob a forma de identidade do ego é, como foi assinalado, mais que a soma das identificações da infância. É a experiência acumulada da capacidade do ego para integrar todas as identificações com as vicissitudes da libido, com as aptidões fundadas nos dotes naturais e com as oportunidades oferecidas nas funções sociais (ERIKSON, 1976, p. 241)

Uma condição indispensável para a construção da identidade é a perspectiva da sexualidade (DIAS E RODRIGUES, 2009; ALBERTO, 2018). Em sua obra "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade", Sigmund Freud (1905/2016) explica como desde o nascimento o corpo do bebê é essencialmente sexual, excitável, defendendo que a sexualidade infantil é parte vital da constituição do sujeito. Sendo primeiramente autoerótica, a vida sexual infantil passa por diferentes momentos, nos quais zonas erógenas diferentes ganham mais importância e vão se sobrepondo para formatar a sexualidade, deixando marcas que influenciam no sujeito adulto.

Este mesmo escrito inicia com um capítulo nomeado "Aberrações sexuais". O primeiro exemplo de "aberração" fornecido por Freud são casos em que há um desvio de objeto sexual, ou seja, quando o homem não se sente atraído amorosa e sexualmente pela mulher e vice-versa. Entre estas situações, temos os chamados *invertidos anígenos*, que Freud descreve como pessoas em que o objeto sexual pode ser tanto do mesmo sexo que o sujeito quanto do sexo oposto. Ou seja, era o termo que Freud utilizava para se referir às pessoas que atualmente se autodeclaram bissexuais. Ele utiliza o capítulo para tentar explicar "os invertidos", sua origem, a dúvida sobre seu caráter inato e a confusão entre "homoerótico no sujeito" (que é sua forma de falar sobre pessoas que se sentem como sendo do sexo oposto) e "homoerótico no objeto" (quando o objeto desejado é do mesmo sexo que o sujeito) (FREUD, 1905/2016).

Em uma nota acrescentada em 1915, o autor deixa claro que a psicanálise não era a favor de isolar pessoas cuja escolha objetal não é heterossexual das demais, pois reconhece que todos são capazes de passar por uma escolha homossexual de objeto, e inclusive já a fizeram inconscientemente:

Para a psicanálise, isto sim, a escolha objetal independente do sexo do objeto, a possibilidade de dispor livremente de objetos masculinos e femininos, tal como se observa na infância, em estados primitivos e épocas antigas, parece ser a atitude original a partir da qual se desenvolvem, mediante restrição por um lado ou por outro, tanto o tipo normal como o invertido. (...) A decisão sobre o comportamento sexual definitivo ocorre somente após a puberdade e é o resultado de uma série de fatores ainda não apreendidos em seu conjunto, alguns de natureza constitucional, outros, acidental (FREUD, 1905/2016, nota de rodapé, p. 34/35)

Entre os séculos XVII e XX, "bissexualidade" era um termo utilizado, inclusive por Freud, para se referir às pessoas hoje designadas de intersexuais¹ ou aos sujeitos que expressavam psicologicamente características femininas e masculinas (CALLIS, 2009; LEWIS, 2012; MACHADO, 2005 apud JAEGER et al., 2019). Foi somente em 1915 que o médico e psicólogo britânico Havelock Ellis fez o uso do termo "bissexual" para designar indivíduos que se sentiam

¹ "Intersexual é o termo usado para descrever pessoas que nascem com características sexuais biológicas que não se encaixam nas categorias típicas do sexo feminino ou masculino." (Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47250834> - Acesso em 21 de setembro de 2020)

atraídos pelos dois sexos, dividindo a forma de categorização entre hétero, homo e bissexuais (MONRO, 2015 apud ALBERTO, 2018).

Como argumentado na citação, diversas sociedades antigas já praticavam a atração sexual por mais de um gênero, como na Grécia e nas mitologias grega e romana, nas quais os próprios deuses e deusas tinham comportamentos que hoje seriam chamados de bissexuais, assim como era aceito que homens gregos amassem homens e mulheres (FOUCAULT, 1984 apud JAEGER et al., 2019; LEWIS, 2012a). Contudo, até os dias de hoje, muitos discursos negam as práticas bissexuais, colocando estas somente como uma passagem entre a heterossexualidade e a homossexualidade (JAEGER et al., 2019).

Na década de 1970, as pessoas que se entendiam como bissexuais começaram a se articular politicamente, sentindo-se excluídas do movimento liderado pelos homens e mulheres homossexuais. Então, os primeiros coletivos bissexuais foram sendo criados, principalmente nos Estados Unidos, com o objetivo de criar espaços para os bissexuais e lutar pelo seu reconhecimento como identidade e comunidade (LEWIS, 2012; CALLIS, 2009 apud JAEGER et al., 2019). Foi somente nos anos 2000 que os coletivos de ativismo bissexual foram sendo formados no Brasil. Na mesma época, surgiram as primeiras pesquisas brasileiras em bissexualidade, porém até os dias de hoje essas são escassas dentro do mundo acadêmico, se resumindo ao estudo de poucos temas, como a relação com infecções sexualmente transmissíveis ou temas psicanalíticos envolvendo bissexualidade originária (JAEGER, 2019).

Em 1990, foi publicado na revista *“Anything that moves”*² o chamado Manifesto Bissexual³, criado por ativistas estadunidenses que escrevem sobre a frustração de serem colocados como uma identidade “parte” homossexual e “parte” heterossexual, ou nem serem levados a sério como uma orientação sexual formal. O escrito fala sobre preconceitos impostos ao grupo, como, por exemplo, de serem pessoas confusas, irresponsáveis ou infiéis, e sobre como a bissexualidade deve ser considerada uma identidade fluida, nem naturalmente

² *Anything That Moves* foi uma revista literária, jornalística e temática publicada nos Estados Unidos de 1990 a 2002

³ Disponível em: <http://binetusa.blogspot.com/2014/01/1990-bi-manifesto.html>. Acesso em: 11 setembro de 2020.

binária nem poligâmica, mas que desafia os entendimentos binários de sexualidade e de gênero.

A construção social da sexualidade levando em conta exclusivamente a heterossexualidade e a homossexualidade e encarando a bissexualidade somente como uma fase de transição entre essas duas reforça o pensamento dicotômico da sexualidade (ALBERTO, 2018). Esse pensamento se baseia em um preconceito monossexista, ou seja, diz respeito à crença social de que as chamadas monossexualidades (sexualidade de pessoas que sentem atração somente por um sexo e/ou gênero – ou seja, a heterossexualidade e a homossexualidade) são superiores e mais aceitas que as não monossexualidades (como a bissexualidade e a pansexualidade) (ROSS; DOBINSON; EADY, 2010 apud JAEGER et al., 2019).

A partir dos termos heteronormatividade e heterossexualidade compulsória, a escritora e pensadora estadunidense Adrienne Rich (2010) pensou a orientação sexual heterossexual como imposta socialmente, negligenciando as lesbianidades e fazendo com que as experiências lésbicas fossem vistas como desviantes. Shiri Eisner (2013), escritora e ativista bissexual israelense, estendeu esta discussão, colocando a heteronormatividade como também estabelecendo a norma da monossexualidade. Esta autora argumenta que o termo monossexismo tem como objetivo problematizar esse preceito que atravessa a experiência sexual de todos, monossexuais ou não. Contudo, as consequências do monossexismo são mais severas na bissexualidade, já que essa crença social reforça não só a invisibilidade, mas também o pressuposto de que esta orientação é “desviante” do “correto” binário, influenciando diretamente na subjetividade dos bissexuais (JAEGER, 2018).

Tradicionalmente, a psicologia foi condizente com divisão dicotômica da orientação sexual. Desde os primeiros pensadores até pouco tempo atrás, a heterossexualidade ainda era vista como o “normal”, enquanto a homossexualidade era desviante (ou, como disse Freud, “invertida”) (BRADFORD, 2004 apud ALBERTO, 2018). A bissexualidade, na maioria das vezes, não era nem mencionada. Foi somente em 1999 que o Conselho Federal de Psicologia proibiu terapias que visavam a “cura” homossexual, depois de a Organização Mundial da Saúde retirar do Manual Diagnóstico e Estatístico de

Transtornos Mentais (DSM) e do Código Internacional de Doenças (CID) o “homossexualismo”, em 1990 (CANABARRO, 2013).

A psicóloga e militante lésbica Vivienne Cass (2006) disserta sobre a história do envolvimento da psicologia em relação à orientação sexual dos indivíduos. A autora cita Freud como grande influenciador sobre este tema, para relatar a importância de fatores psicológicos na discussão sobre orientação sexual. Contudo, por mais que o pai da psicanálise não considerasse a homossexualidade como uma patologia, a maioria dos seus seguidores foi por este caminho, acompanhados também por outras vertentes psicológicas que foram surgindo no século XX. Nas décadas de 1950 e 1960, a psicologia se colocava em acordo com a matriz religiosa e médica hegemônica da época, que defendia a homossexualidade como um desenvolvimento psicológico “falho”.

Com os movimentos LGBT que tiveram início nos anos 1960 nos Estados Unidos, começaram a ocorrer diversos ataques à psicologia e a psiquiatria da época, com críticas veementes às suas teorias homofóbicas. Aos poucos, os psicólogos foram mudando seus posicionamentos, tirando o foco da procura de uma causa pelas preferências homossexuais e abrindo campos de pesquisa para estudar tópicos como: identidade sexual, vivências da população LGBT, homofobia, etc. Porém, enquanto este era o movimento da psicologia, as ciências biológicas voltaram a estudar sobre as origens e causas da homossexualidade, fazendo com que os estudos do campo da psicologia fossem deixados de lado enquanto se discutia entre uma origem natural ou cultural da orientação sexual (CASS, 2006).

Cass (2006) defende uma volta do protagonismo da psicologia na discussão acadêmica sobre sexualidade, propondo uma perspectiva que não coloque a heterossexualidade como normalidade ou ponto de partida e leve em consideração a orientação sexual como um processo complexo, influenciado por diversas variáveis e que deve ser estudado não somente para o entendimento de sua causa, mas também suas consequências e influências na sociedade. É importante ressaltar que a autora reforça que esta mudança e busca de um protagonismo deve partir dos próprios psicólogos, reforçando a necessidade de mais estudos e vozes críticas em relação ao tema da orientação sexual.

Ainda nos dias de hoje e principalmente no Brasil, a produção científica com foco na bissexualidade é muito limitada e aparece em segundo plano,

agrupada junto às homossexualidades e lesbianidades (CASS, 2006; JAEGER et al., 2019). Quando foram feitos estudos com foco nesta orientação sexual, o que se constatou foi que os bissexuais aparecem como um significativo grupo de risco em relação às questões emocionais, físicas e comportamentais (RUSSEL, 2011).

Uma pesquisa feita no interior de São Paulo (TEIXEIRA-FILHO; RONDINI, 2012) constatou que os não heterossexuais da amostra manifestaram aproximadamente o dobro de chances de ter ideações suicidas, além de maior prevalência também nas tentativas reais. Dentre os 21 não heterossexuais da amostra que confessaram ter pelo menos uma tentativa de suicídio, 42,9% eram bissexuais ou “outros” (não especificado). A conclusão dos autores foi a de que o grupo bissexual é o mais vulnerável dentre todas as orientações sexuais.

Jaeger (2018) argumenta que a escassez de artigos, e a temática prevalente nos artigos existentes (relacionando a bissexualidade com doença e com desvios psicológicos) contribuem para a marginalização desta orientação sexual, reproduzindo discursos discriminatórios.

A partir destas considerações apresentadas pela literatura, o objetivo desta pesquisa é explicitar os conhecimentos existentes hoje sobre a identidade bissexual e justificar a importância de seu entendimento para as práticas da psicologia, contribuindo para uma não reprodução de discriminações, algo que durante muito tempo foi referendado por esta vertente do conhecimento.

MÉTODO

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfico-analítica, tendo sido utilizados no trabalho de revisão artigos disponíveis em bancos de dados virtuais como Pepsic e Scielo, bem como dissertações e trabalhos acadêmicos, a partir do cruzamento das seguintes palavras-chave: bissexualidade, sexualidade, desenvolvimento, identidade, LGBT. Também foram explorados mais trabalhos dos autores que focam no tema da bissexualidade, como os de Melissa Jaeger (2018, 2019) e Camila Cavalcanti (2007, 2010). Depois da leitura de todo material, foram elaborados fichamentos e tabelas para identificar as temáticas mais recorrentes no material bibliográfico levantado, a partir das quais foi possível organizar os capítulos dessa monografia.

Com exceção da revista americana *Journal of Bisexuality*, cujo uso se manteve pela importância de seus artigos, bem como de textos em português produzidos em Portugal, a pesquisadora deu preferência à bibliografia brasileira, por expressar de forma mais concreta a forma como a bissexualidade é vista e pesquisada no país. Pelo mesmo motivo, a pesquisa se restringiu à produção publicada entre 2000 e 2020, buscando ter acesso a discussões mais atuais sobre o assunto. Inicialmente, o propósito era proceder o trabalho de revisão de literatura aos últimos 5 anos. No entanto, pela escassez de trabalhos identificada, recorreu-se ao procedimento de estender a busca para mais 5 anos, algo que continuou apontando um número escasso de artigos e trabalhos acadêmicos. Com esse procedimento de busca, chegou-se ao levantamento do período anteriormente mencionado, uma vez que foi possível chegar a um número razoável de trabalhos que permitiu realizar a discussão aqui proposta.

O presente trabalho é de cunho exploratório e tem por objetivo agrupar os conhecimentos gerais sobre as práticas bissexuais e a identidade bissexual, além de refletir como esses conhecimentos estão sendo considerados no âmbito da psicologia brasileira. Desde o início, constatou-se uma escassa produção acadêmica em relação à sexualidade e às orientações sexuais LGBT, principalmente em relação à bissexualidade, reforçando a marginalização deste tema de estudo no âmbito da produção de conhecimento no Brasil.

A pesquisadora não tem como objetivo que esta monografia represente generalizadamente todas as identidades não monossexuais, dado que, por mais

que as considere legítimas, respeita suas diferenças em relação à bissexualidade. Contudo, espera que esta discussão sirva para abertura de debates e como combate à discriminação para com estas outras identidades marginalizadas.

CAPÍTULO 1

Neste capítulo, procura-se definir e explorar a bissexualidade como orientação sexual, sua relação com a binariedade e, conseqüentemente, com o monossexismo, resultando na bifobia e no apagamento desta orientação sexual.

A definição de orientação sexual se dá de diversas formas. Historicamente, para investigar este conceito, houve uma polarização entre teorias essencialistas e construcionistas (WILTON, 2004 apud CORREIA, 2014; CASS, 2006). As teorias essencialistas propõem a orientação sexual como inata e, conseqüentemente, imutável. Estas teorias foram inicialmente criticadas por sua dita universalidade com referência somente à cultura ocidental, ignorando contextos culturais e históricos. A bissexualidade, nas teorias essencialistas, era em grande parte ignorada ou somente agrupada junto à homossexualidade (CLARKE et al., 2010 apud CORREIA, 2014).

Correia (2014) recorda a década de 1980 como momento de crescimento das teorias construcionistas, teorias essas que analisam junto à orientação sexual a influência de questões culturais, sociais, políticas e étnicas.

O construcionismo social centra-se na compreensão da construção da identidade, através das múltiplas interações sociais, considerando possíveis alterações de acordo com culturas, tempos e espaços específicos (Bohan & Russel, 1999). Em oposição ao determinismo essencialista, o construcionismo social defende que o sujeito é ativo na construção da sua sexualidade (Clarke et al., 2010) (CORREIA, 2014, p. 11)

A partir deste percurso epistemológico, criaram-se diferentes modelos para mensurar ou entender o desenvolvimento da orientação sexual. Vivianne Cass (1984) e Eli Coleman (1982)⁴, por exemplo, propõem fases de desenvolvimento que baseiam o entendimento do sujeito como homossexual (CORREIA, 2014). Estes modelos foram criticados por ainda não levarem em consideração a pluralidade das experiências individuais e por serem lineares,

⁴ Cass, V. Homosexual identity formation: Testing a theoretical model. *Journal of Sex Research*, v. 20, n. 2, p. 143-167, 1984.
Coleman, E. Toward a synthetic understanding of sexual orientation. In McWhirter, D.; Sanders, S.; Reinisch, J. (eds). *Homosexuality / Heterosexuality: concepts of sexual orientation*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

condição que não representa a experiência de muitas pessoas descobrindo sua identidade sexual (CARNEIRO, 2009; OLIVEIRA, 2010 apud CORREIA, 2014).

Muitos outros ainda tentaram criar formas de mensurar a orientação sexual. A escala mais conhecida provavelmente é a do biólogo e sexólogo estadunidense Alfred Kinsey, feita em 1940 (ALBERTO, 2018). Sua escala, apresentada no Quadro 1, se baseia em um *continuum* e recebe críticas por analisar a orientação sexual somente através do comportamento sexual, supondo uma relação proporcionalmente inversa entre hétero e homossexualidade (RITTER; TERNDROP, 2002 apud CORREIA, 2014). Esse pensamento não faria sentido para pessoas bissexuais, pois seu comportamento sexual não se baseia em “metade” heterossexual e “metade homossexual”. Apesar da tentativa de diversos modelos, cada um evidencia lacunas que não tornam possível a existência de um consenso sobre o desenvolvimento da orientação sexual (CORREIA, 2014).

Quadro 1 – Escala Kinsey

Nível	Descrição
0	Exclusivamente heterossexual
1	Predominantemente heterossexual, apenas eventualmente homossexual
2	Predominantemente heterossexual, embora homossexual com frequência
3	Bissexual
4	Predominantemente homossexual, embora heterossexual com frequência
5	Predominantemente homossexual, apenas eventualmente heterossexual
6	Exclusivamente homossexual
X	Assexual

Fonte: <https://patriciagnipper.medium.com/a-escala-kinsey-3299c73fc413>. Acesso em: 23 mai. 2021.

Levando todas estas pesquisas bibliográficas em consideração, a autora desta monografia concorda com Siqueira e Klidzio (2020), compreendendo que a catalogação da identidade sexual não deve ser tida como objetivo. Esta deve ser entendida como fluida, sem ter o objetivo de aprisionar. A orientação sexual está em evolução contínua, levando em consideração as interações amorosas e sexuais do indivíduo, além da influência do contexto social, cultural e histórico envolvido (KINNISH et al., 2005 apud ALBERTO, 2018). Contudo, entende-se

que a nomeação serve como forma de diferenciação e reconhecimento, sendo, também, uma forma de lutar e fazer reivindicações necessárias contra a opressão e discriminação (SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020). Este assunto será tratado com maior detalhamento no capítulo três.

A bissexualidade, por sua vez, é definida como fluida e com capacidade de desafiar os padrões binários da sexualidade (ALBERTO, 2018).

Bissexuais são pessoas que, potencialmente, desejam e relacionam-se emocional e/ou sexualmente com outras pessoas de ambos os sexos, em um mesmo momento da vida ou em distintas fases de sua história individual (CAVALCANTI, 2007, p. 14)

Gómez e Arenas (2019) esclarecem que o desenvolvimento da bissexualidade pode variar de acordo com as experiências individuais de cada um. Alberto (2018) argumenta que a heteronormatividade e a visão dicotômica da sociedade fazem com que a identidade bissexual seja um conceito polêmico. Por esse motivo, e também pela pouca discussão sobre o tema, Barros (2008) afirma que muitas pessoas apresentam comportamentos e interesses bissexuais, mas não são demograficamente contados como sendo da comunidade (SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020). Plante (2006) acrescenta que essa dificuldade também se dá pelas diferentes definições do que “conta” como bissexualidade: é bissexual somente quem teve relações sexuais com pessoas de mesmo e de outros gêneros, ou o interesse amoroso seria suficiente, por exemplo (ALBERTO, 2018).

Embora concorde que a identidade sexual funciona como uma identidade social, Flanders (2016) aponta que as pessoas bissexuais acabam se relacionando de forma diferente com a identidade social em relação às pessoas de outras orientações sexuais (ALBERTO, 2018). Siqueira e Klidzio (2020) explicitam que, dentre as concepções de sexualidade, a bissexualidade está numa posição de transgressão da norma, dado que desafia a matriz binária historicamente construída entre hétero e homossexualidade. Esta posição acaba fazendo com que a identidade bissexual se torne um tema controverso, podendo produzir, além da incerteza contínua para aqueles que se identificam com ela, sentimentos de frustração, falta de suporte social e até pode contribuir para agressão e violência (ALBERTO, 2018).

A lógica da identidade sexual binária faz com que a bissexualidade seja vista como um terceiro elemento incapaz de uma identidade consistente (LEWIS, 2012; CALMON, 2019). A resistência em aceitar esta orientação e a polêmica que a envolve deriva da possibilidade de pluralização do objeto de desejo, que quebra com a norma anterior (SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020; BRADFORD, 2011; CAVALCANTI, 2007).

Diversas estruturas binárias oprimiram a comunidade LGBT através das décadas, como por exemplo: homem-mulher, heterossexualidade-homossexualidade, feminino-masculino (AUTUMN, 2013). A construção e reconstrução da normalidade em cada sociedade e época mostra o que pode ser considerado adequado e o que se diferencia disso. Esta norma é repetida em toda parte no cenário cultural, expressando-se de diversas formas cotidianamente, sendo então capaz de se naturalizar (LOURO, 2008). A existência da bissexualidade problematiza a naturalidade das categorias de sexualidade, classificações essas que aprisionam e controlam os indivíduos (CAVALCANTI, 2010). Além disso, esta orientação sexual é principalmente atacada por ter sido a primeira, dentro do ramo da sexualidade, a trazer esta discussão e desafiar a dicotomia da hétero-homossexualidade (AUTUMN, 2013).

As identidades monossexuais, ou seja, pessoas cuja sexualidade se expressa por atração somente por um gênero (ROSS; DOBINSON; EADY, 2010 apud JAEGER et al., 2019) são vistas no enquadramento da normalidade. O monossexismo, a opressão aos grupos que não seguem esta norma, é uma das maiores dificuldades encontradas pelas pessoas bissexuais, dado que isso faz com que estes sejam excluídos das duas comunidades: a heterossexual e a homossexual (ALBERTO, 2018).

O apagamento da bissexualidade acontece de três maneiras principais: a negação total da existência da bissexualidade, a noção de que a bissexualidade é só uma fase e a insistência em classificar as pessoas ou como heterossexuais ou como homossexuais (LEWIS, 2012, p. 6)

A terceira das maneiras está relacionada ao que Udis-Kessler (1991) considera um essencialismo gay e lésbico. Este fenômeno é exemplificado por quando um homem desiste de seu casamento de anos com uma mulher para ficar com um homem – de acordo com o essencialismo, este homem teria

sempre sido gay e só não estava em contato com a sua verdadeira sexualidade, ao invés de poder possivelmente ser bissexual (LEWIS, 2012).

Outra forma de ver a insistência na classificação binária é quando uma pessoa bissexual do gênero feminino está em um relacionamento com outra mulher (bissexual ou lésbica) e este relacionamento é chamado de “lésbico”. O mesmo acontece quando é em relação a dois homens, sendo um ou os dois bissexuais (continua nomeado relacionamento gay ou homossexual) ou quando são pessoas de gêneros diferentes (relacionamento hétero) (LEWIS, 2012). Nestas situações, Lewis (2012) diz que se opera um “processo de adequação invisibilizador” (p. 11).

Para Facchini (2009), o motivo da insistência nesta forma de categorização se dá pela bissexualidade negar a limitação que supostamente separa as pessoas homossexuais das heterossexuais, fronteira essa que categoriza as identidades hétero e homossexual, que são uma das colunas de sustentação principais de toda a identidade da pessoa (LEWIS, 2012). Jaeger (2018) reflete:

(...) Apontar a confusão na sexualidade do outro, não seria uma forma de assegurar minha própria sexualidade e negar minhas incertezas? Arrisco dizer que negar a existência das bissexualidades e tratá-las como uma confusão, uma fase e uma indecisão, talvez seja uma maneira de manter firme os pilares das heterossexualidades e das homossexualidades (JAEGER, 2018, p. 69)

Em relação ao segundo motivo para o apagamento da bissexualidade, sobre ser vista como uma fase, Meyer (2005) coloca o estigma de que pessoas bissexuais são vistas em estado de constante experimentação, sendo esperado que eventualmente se encontrem em um dos polos da sexualidade, saindo do atual ponto médio (ALBERTO, 2018).

A dificuldade de lidar com esta falta de barreiras entre as orientações sexuais, com a multiplicidade e mutabilidade da sexualidade, em um contexto heterossexista e monossexista colaboram com o apagamento da bissexualidade (ALBERTO, 2018; CAVALCANTI, 2010; CAVALCANTI, 2007). Considera-se que ocorre o apagamento bissexual quando, por exemplo, esta orientação sexual é omitida de discussões relevantes, ou não é nomeada (ou nomeada de forma diferente, unindo-a às homossexualidades) no discurso (JAEGER, 2018).

Jaeger e colaboradores (2019) acreditam que “o apagamento é uma estratégia de ação política” (p. 8), como forma de garantir que os territórios de suas identidades sexuais estruturadas e normatizadas não sejam ameaçados, além de reafirmar as diferenças que os beneficiam:

Dessa forma, o saldo da economia em desmerecer pessoas bissexuais retorna em elogio de si, ilustramos: se pessoas bissexuais são vetores de doença, as monossexuais são “limpas”; se pessoas bi não são confiáveis, as monossexuais o são; se bissexuais são confusas, a certeza se localiza nas monossexuais e assim por diante (JAEGER et al., 2019, p. 8)

Além do termo apagamento, Jaeger (2018) utiliza também o termo marginalização, por considerar a acurácia da forma de descrever o lugar ocupado pelas pessoas bissexuais: às margens tanto da heterossexualidade quanto das homossexualidades.

O termo bifobia foi criado pelos acadêmicos para nomear este processo de deslegitimação e apagamento das experiências bissexuais e para apontar reações negativas voltadas direta e indiretamente à esta orientação sexual (GOOß, 2008 apud JAEGER et al., 2019; JAEGER, 2018).

Por muitas vezes, pessoas monossexuais (em especial gays e lésbicas) questionam o uso do termo por entenderem que os bissexuais sofrem discriminação somente quando estão se relacionando com alguém do mesmo gênero, sendo considerado, então, lesbofobia ou homofobia (JAEGER et al., 2019). Quando em um relacionamento com alguém de outro gênero, usufruiriam do privilégio heterossexual. Contudo, o termo “bifobia” ainda é reivindicado por se referir a questões específicas sofridas por este grupo não monossexual, vindo de pessoas tanto heterossexuais como homossexuais (LEWIS, 2012). Não reconhecer a bifobia como um problema válido é uma das formas de deslegitimar o sofrimento das pessoas bi, além de trazer no seu íntimo a crença de que esta identidade não exista (ou não deva existir) (JAEGER et al., 2019; JAEGER, 2018). Além disso, os sujeitos que se utilizam deste argumento se sentem na posição de definir o que seria ou não violência através de sua “lente monossexual” (JAEGER et al., 2019, p. 9), não levando em consideração a escuta dos sujeitos bissexuais (JAEGER et al., 2019).

Dado a crença de que a fluidez da bissexualidade é na verdade inconsistência e confusão, muitas vezes ocorre um certo “policiamento” dos

relacionamentos e interesses românticos e sexuais das pessoas bissexuais. Com isso, retoma-se a ideia dita anteriormente do que “conta” ou não como bissexualidade, além da tentativa de deslegitimação ou invalidação das experiências bissexuais, que tentam impor regras de como deve ser vivenciado o desejo não-monossexual (SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020).

Calmon (2019) observa que há uma especificidade relacionada a quando uma pessoa bissexual se assume (ou “sai do armário”), pois há uma “dupla dinâmica entre o sigilo e a exposição” (p. 291). Ao mesmo tempo que há um maior medo de dar visibilidade à sua orientação sexual, por sofrer preconceito tanto do lado heterossexual quanto do homossexual, há também o movimento de ter de se assumir diversas vezes e o tempo todo, já que o apagamento faz com que ninguém identifique a bissexualidade como uma opção válida entre as orientações sexuais, assumindo sempre uma orientação monossexual (CALMON, 2019; SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020).

É importante deixar claro que o número de relacionamentos ou envolvimento amorosos ou sexuais com o mesmo gênero ou outros é independente do reconhecimento da pessoa como bissexual (CALMON, 2019), ou seja, não é necessário que a pessoa tenha experiências com um ou mais de um gênero antes de se autodeclarar bissexual, pois isso diria respeito somente ao comportamento sexual/amoroso, enquanto a identidade engloba mais do que este aspecto.

A bifobia (e o monossexismo) têm consequências graves na subjetividade dos sujeitos bissexuais (JAEGER, 2018). A dificuldade de enquadrá-los no esquema binário faz com que haja uma caracterização dos bissexuais como estranhos, andróginos (CAVALCANTI, 2007).

Os conflitos e as dimensões afetivas experienciadas como desprezo, indiferença, dúvida e desinteresse são gerados na medida em que o juízo monossexual é de alguma forma desestabilizado para emergir novas formas de configuração do desejo, ainda que essa tenha sido desconsiderada (CALMON, 2019, p. 302)

As pessoas bissexuais lidam com essas atitudes negativas tanto de pessoas heterossexuais quanto por parte de gays e lésbicas, o que faz com que experienciem preconceito com maior frequência, menor abertura para assumir

sua identidade sexual e maiores níveis de homofobia e bifobia internalizadas (KUYPER; FOKKEMA, 2011 apud CORREIA, 2014).

CAPÍTULO 2

Quando ocorrem, os escassos debates e pesquisas que abordam a bissexualidade acabam se centrando em temas recorrentes. Entre eles, o da infidelidade, da transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), da não monogamia e da fetichização (JAEGER et al., 2019). Mesmo ocorrendo certo incremento na publicação de artigos relacionados à bissexualidade, atualmente ela ainda é representada de forma estereotipada⁵ em meio à população geral (ALBERTO, 2018). Assim, é possível supor que isto acaba dificultando o processo de identificação das pessoas com esta orientação sexual, contribuindo para sua marginalização. Portanto, faz-se necessário que as pessoas bissexuais se afirmem constantemente visando a quebra destes estereótipos (SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020; ALBERTO, 2018).

A década de 1980 ficou marcada pelo surgimento e ascensão dos casos de AIDS (ou SIDA, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), que ganhou o apelido de “peste gay”. Em virtude disso, as pessoas bissexuais começaram a ser tachadas como “pontes do HIV”, acusadas de favorecerem a transmissão do vírus das pessoas homossexuais para as heterossexuais (JAEGER et al., 2019, JAEGER, 2018; CANABARRO, 2013). Este pensamento fez com que as relações com uma pessoa bissexual passassem a ser entendidas como práticas contaminantes, que contribuíam para a disseminação da epidemia de AIDS (JAEGER, 2018).

O estereótipo de pessoas bissexuais serem vetores do vírus HIV e das ISTs no geral foi sustentado pelo discurso oficial da saúde durante décadas. Diversos artigos científicos da área da saúde associavam a bissexualidade como fator de risco e vulnerabilidade para HIV e outras ISTs. Estes estudos reforçavam os bissexuais como sendo portadores ou vetores destas doenças e, conseqüentemente, contribuíam para certa marginalização da condição bissexual e para a disseminação de discursos discriminatórios contra ela (JAEGER, 2018; CAVALCANTI, 2010).

⁵ Entende-se por estereótipo “ideias preconcebidas que tendem a seguir um padrão, sendo reproduzidos e observados por diversas pessoas em diferentes espaços” (SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020).

Mesmo nos dias de hoje, quando há muitas informações sobre a AIDS e formas de contaminação de ISTs, o estereótipo se mantém de novas formas. Por exemplo, algumas mulheres lésbicas consideram as mulheres bissexuais como sujas e potenciais transmissoras de doenças por possivelmente manterem relação com homens cisgêneros. Assim, sob este ponto de vista, as mulheres bissexuais se contaminam com a desqualificação moral aplicada aos homens cis (FACCHINI, 2004; EISNER, 2013 apud JAEGER et al 2019; LEWIS, 2012).

Com o intuito de combater esse estigma, ativistas bissexuais reafirmam a teoria cientificamente comprovada de que a transmissão de ISTs se dá através de práticas sexuais desprotegidas ou por contato direto com sangue infectado, independentemente da orientação sexual daqueles envolvidos na relação (CAVALCANTI, 2007 apud JAEGER, 2018).

A escritora e pesquisadora feminista e bissexual Shiri Eisner (2013) argumenta que há dois pensamentos considerados hegemônicos em relação a esta orientação sexual: o primeiro é em relação às ISTs e o segundo à concepção de que pessoas bissexuais são promíscuas e infiéis (JAEGER, 2018). Este segundo pensamento surge da concepção binária de orientação sexual, na qual a bissexualidade é considerada uma “forma híbrida” entre a hétero e a homossexualidade (ALBERTO, 2018).

Desta forma, a capacidade dos bissexuais de ter relações com membros dos dois sexos é interpretada como a *necessidade* para ter relações com pessoas dos dois sexos. Necessidade essa que não pode ser preenchida por uma relação com alguém do mesmo sexo ou uma relação com alguém do outro sexo, condenando os bissexuais a uma vida de promiscuidade ou de monogamia em série, como um esforço para satisfazer os dois lados do desejo (GARNETS; KIMMEL apud ALBERTO, 2018, p 19)

O estigma da infidelidade é baseado particularmente na regra da monogamia (LEWIS, 2012). Kenji Yoshino (2000), citado por Alberto (2018), defende que pessoas monossexuais utilizam a instituição da monogamia como forma de se opor aos bissexuais – ou seja, o bissexual é tido como incapaz de ser fiel e incapaz de ser monogâmico, características que parecem estar disponíveis somente para as pessoas monossexuais, em especial as heterossexuais.

Esta percepção cultural preconceituosa acaba sendo um fardo para os indivíduos bissexuais que procuram um relacionamento, além de também afetar os parceiros com os quais eles se relacionam (ANDERSON; MCCORMACK, 2016 apud ALBERTO, 2018). Reinhardt (2011) aponta a pouca quantidade de estudos sobre relacionamentos monogâmicos longos envolvendo pessoas bissexuais, em especial quando elas se relacionam com pessoas do mesmo gênero.

Jaeger (2018) expõe que a bissexualidade e as relações poliamorosas⁶ são colocadas como necessariamente correlacionadas. O objetivo desta colocação não é deslegitimar os relacionamentos poliamorosos ou o poliamor, porém, é importante entender que este tipo de relação está longe de ser regra entre pessoas bissexuais. Garnets e Kimmel (2003), citados por Alberto (2018), escrevem: “pode ser considerado um erro presumir que o desejo pela não monogamia entre homens e mulheres bissexuais resulta diretamente da sua bissexualidade” (p. 17). Então, por mais que a poligamia seja válida e presente na atualidade, não é correto afirmar que haja alguma relação direta entre orientações sexuais e qualquer modo de relacionamento.

A perpetuação dos estereótipos de promiscuidade, infidelidade e não monogamia voltados às pessoas bissexuais criam um discurso de supersexualização relacionado também a estes indivíduos (LEWIS, 2012). Além disso, a mídia e pornografia também reforçam o imaginário social, influenciando a população geral a pensar principalmente na mulher bissexual como “acessório de divertimento e fornecimento de prazer sexual” (SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020, p. 209), isto é, erotizando, fetichizando e objetificando este grupo em especial (SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020; JAEGUER et al., 2019; JAEGER, 2018).

Desde o século XVIII até os dias de hoje, a bissexualidade feminina tem estado presente na pornografia escrita, desenhada, fotografada ou filmada como objeto de desejo do homem cisgênero heterossexual. De modo geral, as mulheres bissexuais são apresentadas de maneira hipersexualizada, como um objeto sexual para o espectador homem e geralmente dispostas a realizar a fantasia masculina do *ménage à trois* na companhia de outra mulher (JAEGER, 2018, p. 75)

⁶ Entende-se por poliamor “uma prática não monogâmica na qual se mantém relações sexuais e/ou amorosas com mais de uma pessoa ao mesmo tempo e com o consentimento de todas as pessoas envolvidas” (EISNER, 2013; CARDOSO, 2017 apud JAEGER, 2018, p. 74).

Esta condição faz com que as pessoas bissexuais (principalmente mulheres) sejam alvos de assédio e violência sexual (EISER, 2013; COREY, 2017 apud JAEGER et al., 2019). Outra questão observada por Jaeger (2018) em sua pesquisa foi que o interesse em mulheres bissexuais acaba sendo exclusivamente sexual, sem que elas sejam consideradas como possíveis pares românticos. O desinteresse afetivo se dá pela suposição acima explicada de infidelidade por parte destas mulheres, reforçado também pela hiperssexualização (JAEGER, 2018).

Para concluir o capítulo, a autora desta monografia usará dos diversos dados estudados por Alberto (2018) sobre como o preconceito se dá em pessoas bissexuais, pontuando as diferenças que se apresentam a depender do gênero com o qual se identificam. Herek (2002), por exemplo, argumenta que indivíduos heterossexuais veem mais negativamente os bissexuais do que as lésbicas ou os gays.

Dividindo as especificidades de gênero, Alberto (2018) aponta que homens bi sofrem atitudes mais discriminativas, ao passo que a bissexualidade feminina é mais rejeitada enquanto orientação de identidade. A autora utiliza os estudos de Rodriguez (2016) para justificar este acontecimento, apontando que as mulheres sofrem do limbo entre a invisibilidade e a hipervisibilidade, dado que se encontram visíveis e aceitas quando estão a serviço do prazer masculino, “mas é-lhes negada a complexidade política, afetiva e íntima do próprio desejo sexual” (RODRIGUEZ, 2016 apud ALBERTO, 2018, p. 59).

Baseando-se na pesquisa de Yost e Thomas (2012), Worthen (2012) e Eliason (1997), Alberto (2018) afirma que indivíduos do sexo masculino exprimem atitudes mais discriminatórias perante a bissexualidade masculina em relação à feminina, justificado pelas expectativas sociais do papel de gênero dos homens e sua relação com a sexualidade e a masculinidade. Na mesma linha, pessoas do sexo feminino revelaram estes preconceitos de forma mais contundente em relação às mulheres bissexuais. O estudo feito indica que, ainda que considerem a orientação sexual mais instável nos homens, as mulheres rejeitam de forma mais veemente a bissexualidade feminina. Quanto a esta rejeição, a explicação encontrada se sustenta na crença de “avanços sexuais indesejados” (ALBERTO, p. 20) por parte destas mulheres. Nenhum outro estudo foi encontrado sobre esta condição de desacolhimento entre mulheres, e

por este motivo a autora da monografia acredita que mais deveria ser pesquisado para que se confirme a justificativa de Alberto (2018) ou se pense em outras alternativas.

Pensando agora nas instituições pilares da sociedade, Alberto (2018) revela que, dependendo da religião e do posicionamento político dos indivíduos, a opinião em relação à bissexualidade muda. Baseada em Mohr e Rochlen (1999), a pesquisadora propõe que pessoas propensas à chamada vertente “direita” do pensamento político exprimem atitudes mais preconceituosas em relação à bissexualidade se comparada às pessoas que se consideram de “esquerda” ou “centro”. Sobre a religião, Alberto (2018) argumenta que indivíduos que se consideram muito religiosos têm também maior propensão a atitudes discriminatórias em comparação com aqueles que são pouco ou moderadamente religiosos. É importante notar que a autora da pesquisa citada não faz distinção entre religiões, fator que seria importante para um melhor entendimento deste comportamento.

Por fim, um último ponto é abordado por Alberto (2018) sobre as atitudes perante os bissexuais, agora em relação à proximidade e amizade. Segundo a pesquisadora, aqueles que não conhecem nenhuma pessoa bissexual emitem maiores níveis de discriminação, em oposição àqueles que conhecem, e principalmente àqueles que se consideram próximos ou muito próximos de alguém com esta orientação sexual.

As conotações e estereótipos negativos que rodeiam a bissexualidade reforçam os impactos emocionais e psicológicos que recaem sobre as pessoas bissexuais. Além do constante autoquestionamento e de diversas confusões internas e externas, participantes do estudo feito por Gómez e Arenas (2019) também manifestaram sofrer de altos níveis de estresse, insegurança, frustração e inadequação, o que causa desconforto diário em suas vidas. Calmon (2019) adiciona que, por essa possível rejeição social baseada em preconceitos, jovens sentem que tornar sua bissexualidade pública é uma questão delicada.

CAPÍTULO 3

Este capítulo explorará de forma mais detalhada o conceito de identidade, suas implicações individuais e coletivas, o motivo de ser uma possível polêmica falar em “identidade bissexual” e as contribuições que as perspectivas teóricas *queer* traz para esta discussão.

A partir de uma diversidade de comportamentos e da linguagem compartilhada socialmente, cada pessoa acaba se definindo segundo diversos conceitos e formas de expressão, algo que com o tempo recebeu o nome de identidade na literatura científica (ALMEIDA; CARVALHEIRA, 2007). Para Castells (1999, citado por CAVALCANTI, 2007), a afirmação de identidades é essencial na modernidade. Nas décadas de 1950 e 1960 na Europa, o pós-estruturalismo trouxe uma mudança no modo de interpretar o desenvolvimento das identidades: estas seriam construções decorrentes de processos de identificação e não somente de escolhas conscientes e deliberadas dos indivíduos (CAVALCANTI, 2007). Importante notar que dentro da psicologia, essa definição já era pensada, inclusive desde a época freudiana. Contudo, foi neste momento histórico que a ideia passou a ser dissuadida nas sociedades ocidentais.

As possibilidades de identificação e de construção identitária são múltiplas, tal como as possibilidades de interpretar a identidade que deverá ser vista como um conjunto de processos que nos vão definindo e redefinindo na relação dialética que se estabelece com os outros, com o meio, com as situações específicas de vida e os contextos particulares em que existimos (CARNEIRO, 2009; BLACKBURN, 2010 apud CORREIA, 2014, p. 14)

Tal como em Lewis (2012b), a posição compartilhada nesta monografia é aquela que entende os processos identitários como estando em constante movimento e mutação, não significando nenhuma forma de expressão de uma essência determinada, mas sim uma construção em conjunto com o meio social, histórico e cultural, reforçado através da repetição de performances discursivas. Por performatividade, a autora refere-se à teoria da filósofa estadunidense Judith

Butler (2003), que propõe que as identidades são fixadas através da repetição percebida através da linguagem⁷ (CAVALCANTI, 2007, p. 47).

A sexualidade tornou-se muito mais pública nos dias atuais, tendo um notável papel na socialização dos indivíduos e também na autoafirmação do modo de viver e se expressar (CAVALCANTI, 2007). A construção da identidade sexual em pessoas não-heterossexuais se dá de forma diferenciada e atravessada por discriminações, preconceitos e violências, uma vez que estes indivíduos se desenvolvem em um contexto heterossexista que dificulta suas relações sociais e a aceitação de suas formas de expressão (ROSARIO; SCHRIMSHAW; HUNTER, 2010 apud CORREIA, 2014).

Como foi visto até o momento, por mais que seja a prática de menor reconhecimento entre as orientações sexuais, a bissexualidade também é uma das possibilidades de identificação no âmbito da sociedade brasileira (CAVALCANTI, 2007). Uma das maiores vantagens de construir uma identidade coletiva bissexual é a possibilidade de luta pelo seu reconhecimento e legitimação (LEWIS, 2012a).

Cavalcanti (2010) propõe a afirmação de uma identidade como primordial para uma maior visibilidade e conquista de direitos, sendo de especial importância para fortalecer a movimentação coletiva daqueles que não condizem com a norma heteronormativa. Desta forma, a identidade se torna política. Pode-se perceber que a linha entre identidade individual e a representação coletiva é tênue (CAVALCANTI, 2007).

Neste momento, é importante pontuar que as formas de sexualidade e gênero não estão separadas de outros marcadores sociais como raça, classe social, territorialidade e geração, todos se influenciando direta e indiretamente na vida em comunidade (SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020). A pesquisadora em teoria crítica da raça e feminista negra Kimberlé Crenshaw (2012) propõe o termo

⁷ Influenciada pelo filósofo inglês do campo da linguagem John L. Austin, Judith Butler argumentou que o gênero é socialmente construído por meio de atos de fala comuns e comunicação não verbal que são performativas, na medida em que servem para definir e manter identidades. Essa visão da performatividade inverte a ideia de que a identidade de uma pessoa é a fonte de suas ações secundárias como a fala, os gestos, etc. Ao invés disso, compreende ações, comportamentos e gestos como o resultado da identidade de um indivíduo, que é continuamente redefinida por meio de atos de fala e comunicação simbólica. [conforme BUTLER, J. **Problemas de gênero** – Feminismo e subversão da identidade (1990). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 288p].

interseccionalidade⁸ para “marcar e complexificar as diferenças intragrupoais no contexto de discriminação contra a mulher e de reconhecer essas diferenças para se construir políticas” (JAEGER, 2018, p. 90).

As subjetividades, então, são construídas através de uma complexa interação entre diversas variáveis interdependentes (LEWIS, 2012a). Mação e colaboradores (2019) entendem o estudo da identidade da seguinte forma: “cada identidade precisaria, então, ser considerada a partir de sua definição única e de seus entrecruzamentos com fatores como gênero, classe, etnia, sexualidade, entre outros” (p. 121). As consequências deste entrecruzamento são maiores para pessoas que pertencem a mais de um grupo minoritário, pois os efeitos do entrecruzamento de dois, três ou mais sistemas de opressão promovem formas de sofrimento bastante intensas (MILLER, 2011 apud CORREIA, 2014).

Voltando às questões relacionadas à identidade individual e à representação, Cavalcanti (2007) propõe ainda a modernidade como marco de uma nova concepção da realidade social e, conseqüentemente, na forma como os sujeitos se relacionam com ela. Diversas lutas e movimentos sociais de grupos antes deslocados fizeram com que o fenômeno da identidade ganhasse socialmente maior visibilidade e força (LOURO, 2008; CAVALCANTI, 2007). Estes públicos tomaram a cultura como lugar de embate, impondo e tornando visível seus próprios modos de viver, estéticas, histórias e questões, se auto-representando. Louro (2008) comenta: “a luta no terreno cultural mostrava-se (e se mostra), fundamentalmente, como uma luta em torno da atribuição de significados – significados produzidos em meio a relações de poder” (p. 20/21).

Em 1970, nos Estados Unidos, surge o termo “políticas identitárias”, que se refere a uma forma de estratégia política de luta pela emancipação e representação dos sujeitos, buscando legitimidade e reconhecimento através de uma identidade em comum (JAEGER et al., 2019, JAEGER, 2018; LEWIS, 2012b). No fim do século XX, no entanto, uma nova onda de autores como Judith Butler e Paul B. Preciado começaram a indicar os limites destas políticas identitárias, porque, de acordo com estes teóricos, elas acabaram promovendo

⁸ De modo simplificado, pode-se afirmar que interseccionalidade é o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação, como racismo, sexismo, classismo, homo/bi/transfobia, xenofobia e capacitismo (conforme COLLINS, P. H; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021)

um processo de homogeneização das identidades coletivas e apagaram as diferenças e singularidades, por excluírem aqueles e aquelas que não se reconheciam nestas concepções “universais” e “normatizadas” de identidade (JAEGER et al, 2019, JAEGER, 2018).

Com a identidade tendo seu aspecto político, fica claro que entram em jogo relações de poder (CALMON, 2019; CAVALCANTI, 2007). Para Jaeger e colaboradores (2019), a teoria foucaultiana de regimes de verdade seria uma forma adequada de explicar o estabelecimento de certas sexualidades como legítimas e apontar quais discursos serão acolhidos e tidos como relevantes e reais.

Então, ao mesmo tempo que trazem representação, as políticas identitárias por vezes reproduzem mecanismos de controle e exclusão de outros grupos e movimentos sociais, tendo atualmente critérios de diferenciação e afastamento mesmo dentro do movimento LGBT (JAEGER et al., 2019; JAEGER, 2018). Pode-se perceber um “regime de verdade monossexual” (JAEGER et al., 2019, p. 12) no qual a sexualidade das pessoas bissexuais, por estarem na fronteira e perturbando a existência das outras identidades, acaba sendo considerada inexistente, falsa e, como dito anteriormente, relacionada à promiscuidade, erotização e outras caracterizações pejorativas. Isso impossibilita a construção de um coletivo e até mesmo de uma “identidade bissexual” no sentido político da palavra, já que o movimento está sempre atravessado por outros discursos e acaba invisibilizado, com suas demandas sendo deixadas de lado (JAEGER et al., 2019; JAEGER, 2018; CAVALCANTI, 2007).

A deslegitimação das bissexualidades, que acontece tanto pela heteronormatividade quanto pela homonormatividade⁹ do contexto LGBT, tem como consequência um “policiamento interno” por parte dos bissexuais, caracterizado como a internalização destes regimes de verdade, reforçando dúvidas e a própria invalidação da bissexualidade (JAEGER, 2018).

⁹ Entende-se por homonormatividade a matriz dentro do movimento LGBT que exige que aqueles que participem da comunidade sintam desejo sexual e/ou afetivo somente por pessoas do mesmo sexo/gênero, excluindo aqueles que não se encaixam neste perfil e reforçando o binarismo hétero-homossexual (LEWIS, 2012a).

A saída, contudo, não é a abolição total das identidades, pois é justamente sua tentativa de existência que dá a chance de os bissexuais serem ouvidos dentro e fora da comunidade LGBT, e de se imporem politicamente, além de facilitar a identificação de jovens que procuram conhecer sua própria sexualidade (CAVALCANTI, 2007). A reivindicação de uma identidade bissexual também é importante por trazer o peso da possibilidade de uma dimensão fluida do desejo e do questionamento dos modelos tradicionais de orientação sexual, pontos importantes para a desnaturalização monossexual (FAHS, 2009 apud JAEGER, 2018). Todavia, Jaeger (2018) também afirma que a existência de uma identidade bissexual traz o perigo de delimitar territórios fixos e normativos, assim como fazem as outras identidades, podendo excluir sujeitos que não se encaixam na “verdadeira bissexualidade” e criar novos binarismos (como, por exemplo, monossexualidades X não-monossexualidades) e hierarquias, fenômenos que vão contra os princípios da bissexualidade desde a criação do Manifesto, em 1990. Então, ocorre um embate: se a identidade é útil e necessária para favorecer relações sociais e mudanças políticas, mas tem tendência à fixação, qual seria a melhor saída?

As teorias e perspectivas *queer*, que surgem nos anos 90 nos Estados Unidos e Europa, podem ser uma boa contribuição para esta questão. Desde o seu início, seus teóricos problematizam as fronteiras e segregações trazidas pelas políticas identitárias, tal como seu fundo essencializante marcado pela concepção binária de sexo e gênero (JAEGER, 2018; CORREIA, 2014). Uma de suas aplicações recorrentes é mostrar a possibilidade de abrir espaços na sociedade e no discurso para uma série de novas expressões e formas de identificação, que estão sempre em transformação e evolução (LEWIS, 2012b).

O movimento queer insurge-se precisamente contra esta sobreposição, lutando radicalmente contra qualquer forma de opressão, quaisquer que sejam os critérios (orientação sexual, gênero, raça, etnia...) que social e culturalmente demarcam a noção de minoria (CARNEIRO, 2009; RUDOE, 2010 apud CORREIA, 2014, p. 18)

Para Lewis (2012b), a forma de evitar a eminente essencialização das identidades é criando uma relação destas com um processo de desconstrução – unindo, então, as políticas identitárias à teoria *queer*. A pesquisadora cita Kendall (2009) para explicar que os rótulos devem ser vistos como “ferramentas

funcionais” (p. 63) e não realidades em si mesmas, considerando que há algo mais complexo por trás. A ideia se baseia em fazer o uso de categorias identitárias para trazer mudanças sócio-políticas, mas conscientizar-se de que há um contexto maior, histórico, social e cultural que não permite reduzir os sujeitos a estes rótulos (LEWIS, 2012b).

A bissexualidade, que já era um tema de interesse para a teoria *queer* por transcender as certezas monossexuais, “é, portanto, uma identidade que também não é uma identidade, uma indicação da certeza da ambiguidade, a estabilidade da instabilidade, uma categoria que define e vai contra a categorização” (GARBER, 1995/1999 apud LEWIS, 2021, p. 67). Lewis (2012) conclui:

Usando a criação de grupos bissexuais como uma solução temporária, sempre visando a problematizar a diversidade sexual em geral e sempre reconhecendo que esses grupos separados só devem ser uma medida em curto prazo, é possível aproveitar os benefícios da visibilização e do apoio psicológico sem sedimentar uma identidade normativa excludente bissexual e sem perder o potencial subversivo da bissexualidade. A estratégia de essencialismo estratégico vinculado a processos de desconstrução e conscientização poderia ser uma dessas estratégias de curto prazo (LEWIS, 2012, p. 70)

Um último ponto importante a se dizer sobre a identidade é o que Correia (2014) aponta como a gestão da visibilidade. Esta é definida como o efeito das interações entre a pessoa e a gestão que ela faz de sua orientação sexual com o contexto em que ela se insere (LASSER; THARINGER, 2003 apud CORREIA, 2014). Certos contextos dão mais abertura à exposição das sexualidades não heterossexuais, enquanto outros extinguem qualquer chance de visibilidade. A importância deste fenômeno se dá nas suas consequências para o desenvolvimento da identidade (ou nas possibilidades de identificação) (CORREIA, 2014). A criação de redes de apoio e ambientes acolhedores para as minorias, em especial para as pessoas bissexuais, são importantes para diminuir a vulnerabilidade que perpassa a vida destes indivíduos (CAVALCANTI, 2007). Mais sobre isso será falado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4

Em cada um dos capítulos anteriores, foram mencionadas brevemente algumas consequências da marginalização da identidade para as pessoas bissexuais. Neste último, isso será retomado com base em pesquisas que explicitam alguns desencadeamentos psíquicos comuns ao grupo bissexual resultantes desta marginalização, bem como a influência da psicologia relacionada ao tratamento de pessoas não heterossexuais. Por fim, foram agrupados exemplos de instituições que poderiam auxiliar na diminuição da proliferação de estereótipos negativos e na maior inclusão das pessoas bissexuais em diferentes comunidades da sociedade, contribuindo para a diminuição dos sentimentos de insuficiência e solidão da pessoa bissexual.

Se atualmente há maiores estudos sobre as implicações sociais e psíquicas relacionadas às vivências das pessoas não heterossexuais, isso se dá após um grande período no qual a psicologia e a psiquiatria patologizaram a homo e a bissexualidade (CARNEIRO, 2009 apud CORREIA, 2014). Até um período relativamente recente da nossa história, foram oferecidos tratamentos “conversivos” ou “reparativos”, incluindo o uso de terapias hormonais e eletrochoque (DANIEL; BAUDRY, 1977 apud GASPODINI; FALCKE, 2018). Em 2012, a Organização Mundial da Saúde decretou essas práticas como ameaças à saúde mental e à vida desses sujeitos, como atestam Gaspodini e Falcke (2018).

Contudo, até hoje ainda há repercussões desses discursos heteronormativos e patologizantes na prática de alguns psicólogos (JAEGER, 2018). Gaspodini e Falcke (2018) citam o exemplo que ocorreu em setembro de 2017 no Brasil, quando o Distrito Federal acatou em parte uma liminar contrária à Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia, gerando aberturas para a possibilidade de práticas tais como as chamadas “terapias de reversão sexual”.

Esses casos, por mais que sejam graves e devam ser pontuados por sua extrema agressividade contra a vida, felizmente não são mais tão comuns. O que acontece, ainda de acordo com Gaspodini e Falcke (2018), são formas mais veladas e sutis de preconceitos.

Estes estudiosos fizeram uma pesquisa que teve como objetivo “investigar associações entre o preconceito e as crenças sobre a natureza da homossexualidade, bissexualidade e transexualidade” (GASPODINI; FALCKE, 2018, p. 747) entre profissionais da psicologia. A pesquisa de nome “Relações entre Preconceito e Crenças sobre Diversidade Sexual e de Gênero em Psicólogos/as Brasileiros/as” coloca a média de 1,46 (dp = 0,44) para formas de preconceito consideradas extremas contra a homo/bi/transexualidade, em uma faixa de 1 a 5 respondida pelos profissionais da psicologia¹⁰. Importante notar que participantes que se autodeclaram heterossexuais apresentaram valores médios mais altos do que pessoas não heterossexuais. Por mais que a média de 1,46 não seja alta, ela ainda é grave por se tratar de formas de preconceito extremas. Portanto, qualquer valor acima do mínimo acaba sendo preocupante. A crença mais pontuada em relação à natureza da homo/bi/transexualidade é a nomeada “psicossocial”¹¹, vinculada a menores níveis de preconceito; a variável “perversão” foi a segunda mais pontuada, apresentando maior poder “preditivo” de preconceito, seguida por “falta de fé”, “conflitos com figuras parentais” e “abusos sexuais sofridos na infância”. Com base no estudo de Pereira et al. (2011), os pesquisadores chamam ainda a atenção para os efeitos que as crenças baseadas na natureza ético-moral da homossexualidade têm sobre o preconceito:

Uma pesquisa mostrou que crenças em uma natureza biológica e psicossocial, bem como a descrença em uma natureza ético-moral da homossexualidade, estão associadas a preconceito sutil. [...] O preconceito flagrante associou-se com o contrário: descrença na natureza biológica e psicossocial e crença na natureza ético-moral da homossexualidade (GASPODINI; FALCKE, 2018, p.747)

O estudo de Gaspodini e Falcke (2018) defende que o tema da diversidade sexual e de gênero deve ser obrigatório nos currículos dos cursos

¹⁰ O estudo foi feito a partir de duas escalas: Escala de Crenças sobre a Natureza da Homossexualidade, de Pereira et al. (2009), realizando as devidas mudanças para falar da bissexualidade e transexualidade, e a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero Revisada – EPDSG-R, desenvolvida por Costa, Peroni, Camargo, Pasley e Nardi (2015).

¹¹ No modelo utilizado neste estudo, as crenças psicossociais são representadas pelas seguintes atribuições causais: práticas culturais de cada sociedade, modo como se forma a identidade da pessoa e preferência do indivíduo por uma orientação sexual ou expressão de gênero.

de graduação em psicologia, atualizando tais discussões no sentido de problematizar a perspectiva da patologização, bem como a relação do tema com crenças morais e religiosas. Os pesquisadores também defendem a adoção de posturas teórico-metodológicas menos excludentes, levando-se em conta aspectos culturais, históricos, sociais e políticos da sexualidade.

Felizmente, estes esforços já estão sendo feitos. Carneiro (2009 apud CORREIA, 2014) reforça a necessidade fundamental da intervenção dos psicólogos junto às pessoas LGBT com o objetivo de reconhecer a homofobia e heterossexismo internalizados. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), junto à diversas organizações de Psicologia por todo o mundo, se posicionou contra a discriminação e violência direcionada às pessoas LGBT, reconhecendo sua participação histórica na patologização dessa comunidade e utilizando seu espaço para promover o compromisso ético da profissão com a população (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011 apud GASPODINI; FALCKE, 2018; JAEGER, 2018).

Os estudos que serão discutidos a seguir também são resultado destes esforços de maior envolvimento entre processos psicológicos e suas relações com as diversas orientações sexuais, em especial a bissexualidade. Importante notar que todos são publicados somente a partir da última década, mostrando o quanto este tema é relativamente novo para a Psicologia.

Gómez e Arenas (2019) apresentam e discutem em seu artigo as possíveis “fases” pelas quais a pessoa bissexual pode passar em seu processo de entendimento com sua orientação sexual. Os maiores obstáculos, de acordo com esses autores, seriam relacionados à falta de apoio social, autoquestionamento e confusão. Eles também nomeiam sentimentos negativos e positivos comuns, sendo os negativos ansiedade, medo, vulnerabilidade, frustração e arrependimento. Estes sentimentos estariam relacionados às fases de maior confusão, negação ou quando têm que esconder sua orientação sexual. Os sentimentos positivos se relacionam às fases de maior reconhecimento e aceitação: comodidade, liberdade, alívio e orgulho.

Outros estudos comentam sobre as dificuldades do processo de afirmação e reconhecimento (*coming out*) dos bissexuais. Fatores como a discriminação, estereótipos, rejeição e apagamento (em suma, as diversas facetas da bifobia) são responsáveis por tornar este processo estressante,

dolorido e complicado (CORREIA, 2014; JAEGER, 2018; SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020). A situação é intensificada quando não se reconhece esse sofrimento. Jaeger (2018) utiliza a teoria de Butler (2015) para explicar que normas sociais tornam a existência (e, conseqüentemente, o sofrimento) de alguns sujeitos mais reconhecível do que a de outros. A invisibilidade dos bissexuais faz, então, com que suas vidas e dificuldades não sejam compreendidas como passíveis de sofrimento e lamentação.

Na discussão das entrevistas feitas para sua pesquisa “Experiência de minas bissexuais: políticas identitárias e processos de marginalização”, Jaeger (2018) comenta a fala de uma das entrevistadas sobre diagnósticos errados de transtornos mentais. De acordo com o material coletado, a bissexualidade, na experiência clínica de entrevistadas, foi relacionada a um “senso instável de identidade” ou a “comportamentos sexuais de risco”, que eram vinculados ao Transtorno de Personalidade Borderline ou ao Transtorno de Humor Bipolar (p. 82). Em outros casos, se o sujeito já possuía algum diagnóstico, a bissexualidade era vista como um sintoma desse.

O coletivo Bi-sides, de onde Jaeger (2018) coletou o material de sua pesquisa, entrou em contato com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) para fazer uma queixa em relação à bifobia sofrida nos atendimentos psicológicos. O CRP-SP então realizou uma Roda de Conversa sobre Psicologia e Bissexualidades para debater esse tema, em 2016. A discussão se deu pela queixa de profissionais não reconhecerem a bissexualidade como uma orientação sexual legítima, associando-a “a um desequilíbrio, a uma imaturidade, a uma adolescência tardia, a uma confusão, a um problema a ser corrigido ou a uma psicopatologia” (JAEGER, 2018, p. 82).

Então, se são observados problemas de saúde mental em bissexuais, estes podem não ser decorrentes somente de questões individuais, mas também podem estar relacionados à negação da existência dessa identidade sexual na sociedade e às consequências desse fenômeno (JAEGER, 2018). Alberto (2018) revela que diversas investigações estão chegando à conclusão de que, em comparação aos monossexuais, os sujeitos bissexuais têm maior risco de possuírem resultados de saúde negativos, tanto no âmbito da saúde mental, quanto no que se refere ao uso de substâncias e problemas de saúde sexuais. Isso aponta para a necessidade de se pensar na saúde dos bissexuais como

preocupação de saúde pública (FEINSTEIN; DYAR, 2017 apud ALBERTO, 2018).

Para justificar suas colocações, Alberto (2018) utiliza o estudo de Oswalt e Wyatt (2011) e de Klein e Dudley (2014), que se atentam às consequências dos problemas de saúde mental e estresse no desempenho acadêmico de universitários que se reconhecem entre as minorias sexuais (LGB). A conclusão é que estes fatores, principalmente os vinculados à depressão, ansiedade e discriminação, têm consequências no desempenho dos estudantes não heterossexuais em relação aos heterossexuais. Contudo, torna-se claro nos dois estudos que os acadêmicos bissexuais se diferem dos homossexuais, tendo maiores desafios para otimizar seu desempenho na faculdade.

Os estudos de Russell (2011) vão ao encontro dos que foram discutidos anteriormente, e o pesquisador também defende que o grupo bissexual, principalmente os mais jovens, deve ser examinado distintamente, por mostrar significativos riscos emocionais e de comportamento.

Jaeger (2018) coleta alguns estudos que chegam às mesmas conclusões: um estudo australiano com 4824 sujeitos revelou o pior índice de saúde mental para os bissexuais, em comparação a gays, lésbicas e heterossexuais, principalmente em relação à ansiedade e depressão (JORM; KORTEN; RODGERS; JACOMB; CHRISTENSEN, 2002 apud JAEGER, 2018). Uma pesquisa inglesa compara a saúde mental de lésbicas e mulheres bissexuais, divulgando maior propensão das bissexuais em relatarem depressão, ansiedade, problemas alimentares e automutilação (COLLEDGE; HICKSON; REID; WEATHERBURN, 2015 apud JAEGER, 2018).

Quando se trata de relacionamentos, conforme discutido anteriormente neste trabalho, a bissexualidade volta à condição de invisível: pessoas bissexuais são vistas como heterossexuais quando associadas a um parceiro do outro sexo, e como lésbicas/gays quando associadas com um parceiro do mesmo sexo (BRADFORD, 2004; HARTMAN, 2013 apud ALBERTO, 2018). A autora relaciona este fenômeno a sentimentos de estresse e isolamento sentidos pelo bissexual em questão (MORGAN; DAVIS-DELANO, 2016 apud ALBERTO, 2018). De acordo com Jaeger (2018) e Siqueira e Klidzio (2020), essa questão se torna mais presente quando o julgamento vem por parte de mulheres lésbicas. Ao mesmo tempo que mulheres bissexuais são chamadas de “lésbicas” quando

em um relacionamento com outra mulher, essa comunidade não as acolhe dentro do seu movimento, sendo que essa marginalização reproduzida por parte das lésbicas (reiterando que é uma generalização) tem consequências negativas na subjetividade das mulheres bi (JAEGER, 2018).

No periódico *Journal of Bisexuality*, Carr (2011) revisa 73 resumos de artigos que incluem mulheres bissexuais como participantes, com o objetivo de observar se eles distinguem tais participantes das mulheres heterossexuais e lésbicas nos resultados das pesquisas e se essa distinção faz alguma diferença. O resultado foi que somente 20 artigos faziam essa distinção, e em todos foram identificadas especificidades significativas do grupo bissexual, principalmente quando se tratava de estudos na área da saúde. Os resultados não eram positivos para as mulheres bi, que acabavam com um maior índice de sintomas depressivos, estresse, ideação suicida, disfunções sexuais, obesidade, dependência química (álcool e outras drogas), além de enfrentarem maiores barreiras para alcançar a assistência médica (FREDRIKSEN-GOLDSSEN; KIM; BARKAN, 2010; NEEDHAM; AUSTIN, 2010; CONRON; MIMIAGA; LANDERS, 2010; BREYER; SMITH; EISENBERG, 2010; DILLEY; SIMMONS; BOYSUN; PIZACANI; STARK, 2020 apud CARR, 2011). Carr (2011) tenta justificar as dificuldades de saúde da mulher bissexual a partir da ideia de que esse grupo leva as experiências de discriminação como altamente determinantes e surtindo grande efeito na sua saúde mental.

É importante deixar claro que estes resultados se dão não porque a bissexualidade é uma manifestação de possíveis doenças mentais, mas porque o seu não reconhecimento social e pouca aceitação vinculados à bifobia presente nas comunidades hétero e LGBT trazem confusão, estresse e outras consequências para a saúde mental e vida das pessoas bi. Também é digno de nota o fato de que há mais estudos sobre a saúde das mulheres do que de homens bissexuais. Siqueira e Klidzio (2020) sinalizam a necessidade de entender melhor as opressões específicas dos gêneros, o que envolve também estudar a bissexualidade entre homens e mulheres transexuais, travestis e pessoas não-binárias.

Ao mesmo tempo que a exposição (*coming out*) é muito difícil para os bissexuais, tornar pública a identidade sexual para parte da comunidade pode ter efeitos benéficos na autoestima e nas relações interpessoais, aumentando a

integridade pessoal e social destes sujeitos (CORREIA, 2014). A construção das sexualidades se dá nos contextos social e cultural, de forma explícita e/ou encoberta. Dessa forma, instituições como a família, escola/universidade, centros religiosos, médicos e legais, movimentos sociais e a mídia são de extrema importância nesse processo constitutivo. Dependendo da cultura, época e localização, seus discursos controlam as formas aceitáveis de o sujeito dar e receber amor, afeto e prazer (LOURO, 2008). Esses contextos, então, desempenham um grande papel sobre as vivências e experiências dos bissexuais, para o mal ou para o bem (CORREIA, 2014).

Em uma entrevista feita por Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen, Judith Butler fala sobre a necessidade de uma maior interlocução da psicanálise com a Política Cultural e com movimentos sociais, como a comunidade LGBT. A pensadora aponta certa resistência de ambos os lados — dado o histórico de normatização e patologização da psicanálise — que precisa ser superada, pois, de acordo com ela, o movimento social se beneficiaria muito das explicações psicanalíticas para entender sua própria situação e para pensar com mais profundidade conceitos que são muito importantes dentro da comunidade, como identidade, desejo e solidariedade (KNUDSEN, 2010).

Na mesma entrevista, Patrícia pergunta sobre a possibilidade de alguma ideia universal do ser humano, ao que Butler responde que, para ela, se as condições forem solidárias (e este é um aspecto muito importante), todos os humanos "buscam persistir em seu próprio ser" (KNUDSEN, 2010, p. 167/168). Partindo das ideias de Spinoza e Deleuze, Butler entende que esta condição só é possível em relação a um social, pois é em relação a ele que há a oportunidade de maior afeto e expressão do desejo de viver. Por este motivo, há a necessidade de condições propiciadoras: o reconhecimento, de acordo com a filósofa, pode facilitar ou matar o desejo.

Levando isso em consideração, a autora desta monografia agrupou instituições que potencialmente podem trazer esse reconhecimento e, além disso, uma forma de proliferar os conhecimentos sobre a bissexualidade que auxiliariam numa diminuição de preconceitos, tornando possível uma aproximação do tema que diminui seu apagamento na sociedade. Grupos de referência são espaços propiciadores para se construir convivências positivas,

desnaturalizar estereótipos e parar de reproduzir violências (BREINES; CORNELL; EIDE, 2000 apud CASTRO et al., 2004; SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020).

Um desses espaços, talvez um dos mais importantes, é a escola. De acordo com Siqueira e Klidzio (2020), faz parte de uma educação emancipadora falar de gênero e sexualidades nas escolas, dado que essa discussão se insere em uma educação crítica, pautada nos direitos humanos, incluindo-se neles os direitos de expressão de sua sexualidade. Desde os alunos até os educadores e funcionários da escola, todos deveriam contribuir para combater a homo/trans/bifobia, visando uma escola mais inclusiva que promova a igualdade e a cidadania (CANABARRO, 2013; ALBERTO, 2018). Eliason e Elia (2011) defendem que as orientações sexuais, e em especial a bissexualidade, não deveriam ser comentadas somente em aulas sobre educação sexual, mas serem incluídas no decorrer de todo currículo escolar.

É importante que o educador (...) posicione-se de forma a acolher com tranquilidade esse jovem, aumentar sua auto-estima e auto referência, promover condições para que seja respeitado, inclusive procurando esclarecer familiares, membros da comunidade e outros adolescentes (COSTA et al., 2001, p. S220)

O psicólogo que se insere nas escolas tem sua função especial. Ele/a tem o dever de observar, avaliar e intervir em casos nos quais a inclusão não está sendo feita (LASSER, 2005 apud CORREIA, 2014). Alberto (2018) cita McCabe (2014) para enumerar recomendações para o trabalho deste profissional. Entre elas: continuar se atualizando em novos estudos e desdobramentos teóricos (neste caso, principalmente em relação às problemáticas LGBTs) que dizem respeito às necessidades atuais das crianças, dos jovens e de seus familiares; explorar políticas da escola que combatem a discriminação; trabalhar para a mudança de currículo com a inclusão de temas LGBT, possivelmente trazendo especialistas nestes tópicos para instrumentalizar tanto as crianças e jovens quanto os próprios educadores; e pensar na criação de grupos de apoio para alunos LGBT e suas famílias. O espaço da bissexualidade não pode sumir no meio da participação dos outros movimentos, senão seu apagamento continuaria acontecendo.

O psicólogo clínico também tem seu papel na luta antidiscriminatória. De acordo com Correia (2014) e Gómez e Arenas (2019), os benefícios da análise

individual para o bissexual se dão em meio a um acompanhamento geral do sujeito, onde é possível trabalhar os efeitos emocionais e psicológicos da bifobia, como o autoquestionamento, o estresse e a solidão. O psicólogo pode trazer informações, nomear sentimentos e localizar o paciente em seu contexto cultural e histórico para que este possa se sentir mais confortável com sua identidade e ser encorajado a procurar coletivos que o apoiem. Este movimento, é claro, somente se dá se o psicólogo não se encaixar nas situações ditas no início do capítulo, que não legitimam a bissexualidade e se pautam pela heteronormatividade.

A família também é uma instituição de extrema importância quando se trata de ajudar o indivíduo a se aceitar com sua identidade sexual. Contudo, é preciso ter cuidado ao desenvolver este assunto, pois a conduta dos familiares e parentes pode ter um efeito totalmente oposto. Discorrendo sobre as situações em que não há aceitação da bissexualidade na família, Correia (2014) comenta que nestes casos o sujeito entra em um cenário muito estressante, onde as interações negativas e a rejeição predominam, além de reforçar a ideia de que não é vantajoso para o bissexual expor sua sexualidade para o coletivo, dado que o que ele conhece daqueles que o amam e o educaram é a intolerância. Por outro lado, se a família aceitar e encorajar a identidade sexual do indivíduo, seu efeito pode ser igualmente poderoso, trazendo segurança e construindo uma autoestima potente para o bissexual.

Com os avanços tecnológicos da atualidade, a internet se tornou um local de abrigo para muitas pessoas, especialmente jovens, que não se encaixam nos padrões normatizados da sociedade. Claro que se deve fazer a ressalva de que as informações encontradas *online* nem sempre são verdadeiras (SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020), contudo, seus benefícios incluem propiciar comunicação com grupos que no presencial não necessariamente seriam possíveis, criando espaços seguros para que as/os jovens expressem sua sexualidade de forma mais livre, identificando-se com pessoas diferentes, experimentando novas formas de se auto apresentar e maturar sua identidade, e espalhando conhecimento sobre a bissexualidade para grupos que antes não teriam tanto acesso a tais informações e experiências (HARPER; BRUCE; SERRANO; JAMIL, 2009 apud RUSSEL, 2011).

Além da escola, a universidade também é um ambiente de educação onde é possível entrar em contato com novos grupos e ter possibilidade de se sentir confortável com sua identidade sexual, dado que há uma ampliação do círculo de amizades, há maior diversidade de espaços, pessoas e ideias, maior acesso a palestras, discussões, bibliografias, novas temáticas de pesquisa e possivelmente uma valorização da diversidade na maioria dos seus sentidos (SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020).

Sendo o contexto Universitário um contexto fulcral no desenvolvimento da identidade humana é importante que instituições promovam a autonomia, a liberdade e a autenticidade. Neste sentido é importante combater a discriminação face a orientações sexuais não normativas. Perceber as atitudes de estudantes universitários face a indivíduos gays, lésbicas e bissexuais bem como face ao seu estilo de vida, é crítico para afetar um ambiente mais positivo para gays, lésbicas e bissexuais nos vários contextos universitários (HINRICHS; ROSENBERG, 2002 apud ALBERTO, 2018, p. 66)

Para finalizar, há mais três fatores importantes que contribuem para o enfrentamento do preconceito.

O primeiro, de acordo com Alberto (2018), é o maior contato com pessoas do grupo estigmatizado, no caso pessoas bissexuais. Suas pesquisas mostram que quanto mais contatos e quanto maior a proximidade de pessoas bissexuais eles promoverem, menores as chances de a pessoa perpetuar estereótipos preconceituosos.

O segundo é a utilização da arte em todas as suas expressões como forma de amplificação das vozes e vivências bissexuais, pois, de acordo com Vencill e Israel (2018), elas são mais acessíveis que a maioria dos textos acadêmicos que tratam sobre o tema.

O último fator, e provavelmente o mais abrangente, é a linguagem. A dinâmica das relações sociais é movida por significantes que conceituam e ensinam sobre diferentes tópicos, como amor, comportamento, nossos modos de ser e viver, e estes vêm de diferentes espaços e períodos. Atualmente, há um movimento de mudança, renomeação e multiplicidade desses significantes, com o objetivo de abranger as formas novas e diferentes de ser (LOURO, 2008). Ao mesmo tempo que a linguagem pode ser inclusiva, ela pode ser pejorativa e violenta (CASTRO et al., 2004), e por isso a importância de ela estar sempre se

renovando e de as pessoas terem o esforço de acompanhar essas mudanças. Lewis (2012) cita Judith Butler para lembrar que essas mudanças, porém, devem ser inteligíveis dentro do sistema linguístico que se segue, para que elas possam ser repetidas constantemente até que tenham seu impacto na mudança do sistema social mais amplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizarei deste espaço para refletir sobre as consequências dessa monografia para o meu percurso profissional como (quase) formada e psicóloga, mas também levando em conta como foi escrever sendo uma mulher bissexual. Este último ponto é importante, pois tenho como certeza a de que se não fosse a força de vontade de alguém que sente o que foi relatado aqui na pele, não sei se teria ido adiante com o tema. A falta de referências foi uma grande questão. Não só a falta de textos, mas também a pouca diversidade de temas, voltando sempre para as mesmas conclusões. No momento, a teoria sobre a bissexualidade é uma só: uma história que fala do esquecimento e da dor. E nenhum desses dois pontos é reconhecido. Em vários momentos cheguei a me perguntar: será que é realmente uma questão? Será que é um exagero? Mesmo tendo pesquisas que dizem o contrário – além da minha própria experiência. Esse é o efeito do apagamento.

É importante notar que os temas vistos durante os capítulos não se ampliam mais do que já era comentado no Manifesto Bissexual de 1990, explicado na introdução, mostrando como desde então não houveram avanços perante a visão social e cultural da bissexualidade. Isso reforça a necessidade de novas pesquisas e enquadramentos do tema, principalmente por uma vertente do conhecimento que tem tanto a agregar quanto a psicologia.

Relacionar a bissexualidade com a sua importância na psicologia é, ao mesmo tempo, óbvio e complicado. Como um aspecto da subjetividade do sujeito, que influencia na sua vivência social, é muito claro que faz parte do campo desta área de conhecimento. A parte complicada vem unida ao capítulo sobre identidade: por muito tempo a psicologia trabalhou com formas de catalogação/classificação, e a fluidez da bissexualidade vai contra isso. Mostrar a importância do reconhecimento da identidade bissexual para o psiquismo (e para mudanças políticas e sociais) e, junto a isso, entender que nomenclaturas determinantes e as origens das orientações sexuais não são os pontos focais é certamente complexo e, contudo, necessário.

Outros pontos que devem ser observados mais atentamente no futuro pelos psicólogos pesquisadores são em relação a como se dão as consequências do apagamento da bissexualidade na saúde mental dos

indivíduos e como esta se relaciona a outros aspectos da identidade do sujeito – como o que foi falado em relação à interseccionalidade – em especial ao gênero e classe social, já que estes se relacionam diretamente com o acesso (ou não) às instituições que potencialmente poderiam beneficiar a orientação sexual.

Fazer essa pesquisa foi importante para meu percurso profissional, pois é um tema com o qual não havia entrado em contato durante o curso. Nenhuma aula, de nenhuma vertente teórica, citou a influência da orientação sexual – em especial a bissexualidade – na vida do sujeito, mesmo quando o tema era sexualidade. E tenho certeza de que na minha atuação profissional este tema virá à tona, independentemente do fato de minha atuação ocorrer na área clínica, escolar, hospitalar ou outras. Sinto-me na obrigação, a partir de hoje, de lutar por uma psicologia que estuda a história dos bissexuais na sua potência de quebra de normatizações e binarismos, e que honre o que as pessoas passaram até agora para mostrar os malefícios que podem trazer os estereótipos e a falta de reconhecimento. Também procuro, a partir desta monografia, mostrar a importância das pesquisas acadêmicas e a necessidade de os temas dentro do estudo da bissexualidade serem mais diversificados, trazendo vivências dessa população, representatividade e não a vinculando mais a doenças, hipersexualização ou traição.

Por fim, espero que este trabalho seja uma porta de entrada e um convite para maiores discussões dentro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, assim como em outras faculdades pelo Brasil, para falar sobre não somente a bissexualidade e suas consequências subjetivas e sociais, mas também sobre a quebra de normatizações e binarismos, sobre outras identidades não-monossexuais e outros grupos dentro da comunidade LGBT que não são reconhecidos, com o objetivo de evoluir para uma sociedade menos excludente e mais representativa de sua diversidade.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Joana Almoester. **Bissexualidade(s)**: crenças e opiniões. 2018. 80 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora. Évora, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/23426>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

ALMEIDA, Joana; CARVALHEIRA, Ana Alexandra. Flutuações e diferenças de género no desenvolvimento da orientação sexual: Perspectivas teóricas. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 25, n. 3, p. 343-350, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312007000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 set. 2020.

AUTUMN, Elizabeth. Challenging the Binary: Sexual Identity That Is Not Duality. **Journal of Bisexuality**, [S. l.], p. 329-337, ago. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15299716.2013.813421>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

AZNAR-FARIAS, Maria; et al. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 1, p. 107-115, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BARROS, Rogério de Andrade; COUTINHO, Denise Maria Barreto. Psicologia do desenvolvimento: uma subárea da Psicologia ou uma nova ciência? **Memorandum: memória e história em Psicologia (UFMG)**, Belo Horizonte, p. 1-26, 2020.

BRADFORD, Mary. Reflections on the Bisexual Experience. **Journal of Bisexuality**, [S. l.], p. 509-512, nov. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15299716.2011.620856>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

CALMON, Diego Sousa Schiavo. Bissexualidade e gramáticas emocionais em relatos de jovens universitários no Rio de Janeiro. **Cadernos de Campo (São Paulo – 1991)**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 282-305, dez. 2019. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/cadernosdecampo/article/view/164129/158643>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

CANABARRO, Ronaldo. História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional**, Universidade de Passo Fundo, p. 1-13, 2013. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2020.

CARR, C. Lynn. Women's Bisexuality as a Category in Social Research: Revisited. **Journal of Bisexuality**, p. 550-559, nov. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15299716.2011.620868>>. Acesso em: 4 jan. 2021.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. Ressignificando sexualidade, por violências, preconceitos e discriminações. In:

Juventudes e Sexualidade. Brasília: Edições UNESCO Brasil, 2004. p. 277-305.

CASS, Vivienne. Sexual Orientation and the place of psychology: side-lined, side-tracked or should that be side-swiped?. **Gay & Lesbian Issues and Psychology Review**, v. 2, n. 1, p. 27-37, 2006. Disponível em: <<https://www.brightfire.com.au/wp-content/uploads/GLIP-2005-paper-full-version.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2020.

CAVALCANTI, Camila. Práticas bissexuais: uma nova identidade ou uma nova diferença?. **Polêm!ca: Laboratório de Estudos Contemporâneos**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 79-83, jan./mar. 2010. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2710/1858>>. Acesso em: 6 set. 2020.

CAVALCANTI, Camila Dias. **Visíveis e invisíveis: práticas e identidade bissexual.** 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9574/1/arquivo9196_1.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

CORREIA, Rute Isabel Brazão. **Identidade e gestão da visibilidade em jovens gays, lésbicas e bissexuais.** 2014. 97 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora. Évora, 2014. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/10978/1/Tese_Rute_Correia.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

COSTA, Maria Conceição I.; LOPES, Clevane Pessoa A.; SOUZA, Ronald Pagnoncelli de; PATEL, Balmukund Niljay. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 77, n. supl. 2, p. S217-S224, 2001. Disponível em: <<http://www.jped.com.br/conteudo/01-77-s217/port.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2020.

DIAS, Ana Cristina; RODRIGUES, Manuel Alves. Adolescentes e sexualidade: contributo da educação, da família e do grupo de pares adolescentes no desenvolvimento da sexualidade. **Referência: Revista de Enfermagem**, Coimbra, v. 2, n. 10, p. 15-22, jul. 2009. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3882/388239957002.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

ELIASON, Mickey; ELIA, John P. Reflections About Bisexuality and the Journal of Bisexuality. **Journal of Bisexuality**, [S. l.], p. 412-419, nov. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15299716.2011.620463>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

ERIKSON, Erik. H. **Infância e Sociedade** (1950). Trad: Gildásio Amado. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 216-242.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: **Obras Completas**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, v. 6, 2016. p. 20-37.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Relações entre Preconceito e Crenças sobre Diversidade Sexual e de Gênero em Psicólogos/as Brasileiros/as. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 4, p. 744-757, out./dez. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703001752017>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

GÓMEZ, Juan Pablo Perera; ARENAS, Ysmary. Desenvolvimento da identidade bissexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, Caracas, v. 5, n. 24, p. 1669-1678, 19 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v24n5/1413-8123-csc-24-05-1669.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

JAEGER, Melissa Bittencourt. **Experiência de minas bissexuais**: políticas identitárias e processos de marginalização. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/205732/PPSI0827-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 set. 2020.

JAEGER, Melissa Bittencourt; LONGHINI, Geni Nuñez; OLIVEIRA, João Manuel de; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. **Períodicos: Revista de Estudos Indisciplinados em Gêneros e Sexualidades**, Salvador, v. 2, n. 11, p. 1-13, mai/out 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/20150>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

KNUDSEN, Patrícia Porchat Pereira da Silva. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 161-170, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000100009>. Acesso em: 04 jan. 2021.

LEVISKY, Davis Léo. Construção da identidade: o processo educacional e a violência uma visão psicanalítica. **Pro-Posições**, v. 13, n. 3, p. 99-112, mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643939>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LEWIS, Elizabeth Sara. "Eu quero meu direito como bissexual": a marginalização discursiva da diversidade sexual dentro do Movimento LGBT e propostas para fomentar sua aceitação. **III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade**. Campinas, 2012a. Tema: Dilemas e desafios da contemporaneidade. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/LEWIS_ELIZABETH_SARA.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

LEWIS, Elizabeth Sara. **"Não é uma fase"**: Construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. 267 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012b. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=20671@1>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, mai./ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072008000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 out. 2020.

MAÇÃO, Izabel Rizzi; ALVIM, Davis Moreira; RODRIGUES, Alexsandro. Tecnologias de carne e osso: [des]fazendo sexo. In: RIBERO, Joyce O. S.; BRÍCIO, Vilma N. de; CARRERA-FERNANDES, Maria Vitória (org.). **Identities: sujeitos & espaços outros**. Porto Alegre: Fi, 2019. p. 117-133. Disponível em: <<https://www.ulagos.cl/wp-content/uploads/2019/12/Ribeiro-2019.-Identities-Sujeitos-e-espacos-outros.pdf#page=117>>. Acesso em: 11 set. 2020.

PEREIRA, Antonio Carlos Amador. **O Adolescente em Desenvolvimento**. São Paulo: Harbra, 2005. 140 p.

REINHARDT, Regina U. Bisexual Women in Heterosexual Relationships: A Study of Psychological and Sociological Patterns: A Reflective Paper. **Journal of Bisexuality**, [S. l.], p. 439-447, nov. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15299716.2011.620472>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

RUSSELL, Stephen T. Bisexuality and Adolescence. **Journal of Bisexuality**, v. 11, n. 4, p. 434-438, nov. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15299716.2011.620470>>. Acesso em: 29 ago. 2020

SENNA, Sylvia Regina Carmo Magalhães; DESSEN, Maria Auxiliadora. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 101-108, mar./2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722012000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 set. 2020.

SIQUEIRA, Monalisa Dias de; KLIDZIO, Danieli. Bissexualidade e pansexualidade: Identidades monodissidentes no contexto interiorano do Rio Grande do Sul. **Debates Insubmissos**, Caruaru, v. 3, n. 9, p. 186-217, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/viewFile/246520/36219>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra. Ideações e Tentativas de Suicídio em Adolescentes com Práticas Sexuais Hetero e Homoeróticas. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 651-667, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n3/11.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.